

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Sobra de energia abasteceria Estado do Rio por 3 meses	2
Título: Mudança de hábitos	3
Título: Petrobras vai reajustar salários em 8,57%.....	6
Título: Não adiantou fugir	7
Título: Andrade e UTC pagarão R\$ 200 milhões por acordo com Cade.....	7
Título: Incêndio atinge unidade da Reduc.....	9
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	9
Título: Discussão que pode mudar controle da Vale faz subir as ações	9
Título: Petrobras oferece reajuste salarial de 8,57% com redução de jornada	11
Título: Andrade Gutierrez e UTC vão pagar R\$ 195 milhões por cartel	12
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	14
Título: Governo vai leiloar campos da Petrobrás	14
Título: Estatal propõe maior reajuste por jornada reduzida.....	16
Título: Andrade Gutierrez e UTC vão pagar R\$ 195 milhões em acordo	16
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	18
Título: Governo vai vender campos de óleo e gás a partir de 2018	18
Título: Petrobras eleva proposta de reajuste a funcionários.....	18
VEÍCULO: Valor Econômico.....	19
Título: Incêndio na Reduc.....	19
Título: Odebrecht enxuga portfólio de negócios e define novos líderes	19
Título: Andrade Gutierrez e UTC assumem fraudes e fecham acordo com Cade.....	22
Título: Petrobras eleva contraproposta a sindicatos	24

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Danilo Fariello****Título: Sobra de energia abastecerá Estado do Rio por 3 meses**

Projeção para 2018 reflete a demanda menor em função da crise e a expansão da oferta.

A crise econômica reduziu o consumo de energia e acabou trazendo alívio ao sistema elétrico brasileiro, com uma folga que assegura um risco baixíssimo de haver falta de energia neste ano. A projeção oficial para 2018 é de sobra de energia suficiente para abastecer o Estado do Rio por três meses isto é, folga de 8,4 Gigawatts médios. Desde a crise energética de 2014, o governo vem monitorando mensalmente o risco de haver falta de energia no país. No dia 11, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) informou que “o risco de qualquer déficit de energia em 2017 é igual a 0,3% e 0%, para os subsistemas Sudeste/Centro-Oeste e Nordeste, respectivamente”. Em janeiro de 2015, era de 4,9% e 1,2% para os mesmos subsistemas. O cálculo leva em conta também a oferta de energia termelétrica. Embora a situação dos reservatórios do país, exceto no Nordeste, seja cômoda, o governo sabe que essa realidade, percebida no período mais úmido, pode mudar rapidamente.

Isso ocorreria, por exemplo, se chovesse menos que o esperado ou houvesse crescimento rápido do consumo de energia, por uma eventual recuperação econômica. Foi por causa dos múltiplos cenários possíveis que a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) começou, em dezembro, um acompanhamento periódico da oferta e demanda de energia para os próximos cinco anos, monitorando pontos críticos. Foi o primeiro levantamento da EPE que apontou a sobra em 2018. A expansão recorde da oferta de energia em 2016 também ajudou a manter o sistema livre de riscos. Em 2016, diz a Agência Nacional de Energia Elétrica, entraram no sistema 9.526 MW em novas usinas, quase o suficiente para atender a toda a área da Light. Para 2017, a previsão é que outros 7.120 MW entrem em operação, ou cerca de duas usinas hidrelétricas de Jirau.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ramona Ordoñez, Annelize Demani, Marcello Corrêa E Cássia Almeida****Título: Mudança de hábitos**

Mesmo com altas temperaturas de verão, brasileiro busca reduzir consumo de energia.

Num verão em que a sensação térmica no Rio chegou a 48,6° Celsius, a crise econômica e o aperto no orçamento estão funcionando como um freio no consumo de energia. Na avaliação do economista André Braz, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a alta nos preços “disciplinou” consumidores e empresas. Isso porque a queda de 10,66% dos preços da energia elétrica em 2016 não foi suficiente para aliviar o aumento de 49% acumulado entre 2013 e 2015. No mesmo período, a inflação como um todo, medida pelo IPCA, acumulou alta de 24,7%. — A energia é um serviço do qual o consumidor pouco abre mão, mas a alta de preços acaba disciplinando as pessoas.

Não só pelas tarifas altas, mas também pela introdução de tributos como iluminação pública e bandeira tarifária — disse Braz. Segundo cálculos da consultoria Thymos Energia com base em dados do Operador Nacional do Sistema (ONS), o consumo médio de energia elétrica nos 16 primeiros dias do ano ficou em 65.819 Megawatts (MW) médios, um pouco acima do dos 62.249 MW médios registrados em dezembro.

Apesar do aumento, que o presidente da consultoria, João Carlos Mello, considera pontual, analistas avaliam que o consumo de energia do país se mantém praticamente estagnado nos mesmos patamares de 2013, antes da crise econômica. — Dá para perceber que os valores estão estagnados desde 2013-2014. A situação do abastecimento está confortável, não há risco de problemas, porque a demanda caiu muito. A recessão está fazendo com que, neste verão, os níveis de consumo se aproximem dos de 2013. A tendência é que a carga (demanda) se mantenha ao longo do ano num perfil semelhante ao de 2013, na faixa de 63 mil MW médios — afirmou Mello.

RODÍZIO DE AR-CONDICIONADO

No salão de beleza Milzana Azevedo, em Niterói, o primeiro passo foi fazer um mapeamento das despesas. Segundo Almir Azevedo, responsável pela administração, o objetivo era reduzir custos e compensar a redução no movimento de clientes: — Todas as lâmpadas foram trocadas pelas de LED e passamos a fazer a manutenção dos aparelhos de ar condicionado mais frequentemente. Além disso, nossa voltagem passou a ser 220 volts. A ginástica

do orçamento inclui a checagem constante para evitar que todas as luzes e os cinco aparelhos de ar condicionado fiquem ligados ao mesmo tempo. — A gente procura coordenar o funcionamento dos aparelhos para determinados horários. Isso ajudou a diminuir em quase um terço o nosso consumo de energia — disse.

De acordo com Braz, a recessão influencia o consumo de ao menos duas formas: nas empresas, reduz a produção e aumenta a capacidade ociosa, o que diminui a demanda por energia. Nas famílias, reduz o espaço no orçamento doméstico. Só em 2016, o rendimento do trabalho caiu de R\$ 2.305, em janeiro, para R\$ 2.029, um tombo de 11,9%, já considerando a inflação, segundo os dados mais recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do IBGE.

O economista observa que isso acaba gerando um efeito cultural: uma vez cortado, o consumo de energia tende a ficar mais baixo, por causa da mudança de hábitos. Situação semelhante, destaca, ocorreu após o racionamento no início dos anos 2000, quando o brasileiro começou a incorporar medidas de eficiência energética. A pet shop e clínica veterinária República Animal diminuiu o consumo de energia. Em janeiro, a queda foi de 22,3% em relação a igual mês do ano passado. Débora Gondim Mannarino, sócia-proprietária, diz que conseguiu reduzir o consumo em itens como cafeteira, ventiladores e trocou o ar-condicionado por um aparelho mais econômico.

A demanda um pouco menor com a crise também contribuiu para reduzir o consumo, conta Débora: — Para o nosso negócio, é muito complicado reduzir energia. Temos três secadores, dois sopradores, que consomem da mesma forma que aspiradores de pó, e ar-condicionado na sala de tosa e banho. Nossa voltagem é de 220 volts para diminuir o consumo. No auge da alta, nossa conta subiu 40%. Agora, diminuiu um pouco, mas acredito que a bandeira verde também tenha ajudado. Na clínica, medidas de economia também foram intensificadas, como sempre desligar o ar-condicionado quando as salas não estão em uso. O consumo caiu de 2.451 KW/h em janeiro do ano passado para 1.901 KW/h neste mês.

— A queda reflete dois fatores: nossas medidas de economia e o movimento um pouco menor — explicou Débora. Para o economista e professor do Ibmec Gilberto Braga apesar da queda no valor da tarifa de energia elétrica no ano passado, a conta de luz ainda pesa no orçamento do brasileiro. Dessa forma, a população foi obrigada a modificar hábitos: — Em 2015, a conta de luz aumentou significativamente. As pessoas foram obrigadas a se acostumar a economizar. Elas viram que valia a pena investir em eletrodomésticos mais modernos, que consomem menos energia, e, em alguns casos, até em placas fotovoltaicas (para energia solar). Na lavanderia Lav&Cia, a conta caiu, mesmo

sem medidas de contenção ou reestruturação de gastos. Segundo Carlos Pacheco, o fator principal foi a procura menor pelo serviço.

— Infelizmente, o movimento caiu bastante e, com isso, nossa conta de luz teve queda de 15% a 20%. Até conseguimos adiar um reajuste nos preços dos serviços — disse Pacheco. No período de férias, até os shopping centers — destino tradicional de quem busca se distrair com as vitrines e fugir das altas temperaturas — buscaram reduzir a conta de luz. Segundo o superintendente do RioSul, Márcio Werner, janeiro é o terceiro mês de maior movimento. — O shopping espera receber cerca de 1,5 milhão de consumidores neste mês. Isso se deve, principalmente, ao período de férias escolares e atrações especiais no período — destacou.

SEM MUDANÇA NA BANDEIRA ATÉ ABRIL

Para refrescar tanta gente e economizar na tarifa, o shopping trocou todas as torres de refrigeração, o que ajudou a reduzir o consumo: — Como os equipamentos são bem mais modernos e eficientes que os anteriores, houve economia de cerca de 5% na energia. O Madureira Shopping seguiu o mesmo caminho e fez uma reestruturação no consumo de energia. — Cortamos todos os desperdícios que ocorriam, como manter a iluminação acesa fora do horário de funcionamento do shopping. Além disso, fizemos um controle rígido de eficiência dos equipamentos de ar condicionado, que correspondem a 50% do consumo total de energia do shopping — disse Gleiciane Cavalcante, gerente de Operações do shopping.

Com a cautela do consumidor e a queda na atividade econômica, está sobrando energia. Segundo Luiz Eduardo Barata, diretor-geral do ONS, não há risco de desabastecimento, mesmo com as temperaturas elevadas deste início de ano. Não há risco nem mesmo de mudança na bandeira tarifária, sistema que atribui uma taxa adicional na conta de luz quando é necessário utilizar energia de usinas termelétricas para atender aos consumidores. Atualmente, a bandeira está na cor verde, o que significa que não há cobrança extra. Segundo Barata, no ano passado, entraram mais 9.500 MW médios de potência instalada de várias usinas:

— As temperaturas estão mais elevadas do que imaginávamos para esta época do ano, mas temos folgas por causas ruins: a retração da economia garante o abastecimento sem risco em todo o país. Dados do ONS mostram que o nível dos reservatórios das usinas no último dia 16, nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, estava em 33,5%. No Sul, em 70%, no Norte, em 20,6% e, no Nordeste, onde a situação é mais crítica e a região enfrenta uma forte seca, em 17,13%. A expectativa do ONS é, dependendo do volume de chuvas, chegar a abril com nível médio de 70% dos reservatórios do Sudeste e de 10% no Nordeste. De

acordo com Barata, estão sendo enviados cerca de mil MW do Sudeste e outros mil MW do Norte para o Nordeste.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Bruno Rosa

Título: Petrobras vai reajustar salários em 8,57%

Estatual terá comissão que criará regras para redução de jornada de trabalho

Após meses de negociações e uma rápida greve, a Petrobras informou ontem a seus funcionários que aceitou a proposta encaminhada pelos sindicatos de reajustar os salários em 8,57%, baseado no Índice do Custo de Vida (ICV), do Dieese. Caso a proposta seja aprovada nas assembleias, o aumento será pago em fevereiro, de forma retroativa a setembro. Além disso, destacou uma fonte, a Petrobras, a Federação Única dos Petroleiros (FUP) e os sindicatos decidiram criar uma comissão para discutir a criação de parâmetros para implementar a redução da jornada de trabalho de oito para seis horas para os funcionários da área administrativa (com horário flexível) que quiserem trabalhar menos. Para isso, terão redução de 25% do salário. — Será opcional.

O funcionário que quiser reduzir o horário de trabalho terá de pedir à empresa, que vai analisar. Essa medida é temporária e vale por um ano, podendo ser prorrogada por mais um ano. O objetivo é que a Petrobras economize recursos — disse uma fonte da estatal que não quis se identificar. Segundo o comunicado feito pela Petrobras aos funcionários, o trabalho da comissão será finalizado até 31 de março. “A cada reunião será produzida uma atualização das regras com as alterações acordadas na comissão. Caso não haja consenso até o prazo final, a redução opcional da jornada será implementada a partir de abril de 2017”. De acordo com os sindicalistas, a redução opcional da jornada de trabalho não está atrelada ao reajuste salarial de 8,57%.

CONVERSÃO EM VALE-ALIMENTAÇÃO

Entre as outras propostas aprovadas pela Petrobras está o reajuste de 8,97% dos valores dos benefícios educacionais. O valor do vale-refeição/alimentação passou de R\$ 1.003,64 para R\$ 1.093,84, além do auxílio-almoço, que vai subir de R\$ 929,28 para R\$ 1.008,92. “A companhia disponibilizará a opção de conversão total do vale-refeição em vale-alimentação”, destacou a estatal. Entre os outros benefícios, a companhia vai abonar até duas horas diárias de funcionárias que estejam amamentando, por até um ano, e de funcionários com deficiência que necessitem de acompanhamento médico.

A licença paternidade poderá ser de até 20 dias corridos. A Petrobras informou que antecipará o pagamento da primeira parcela do 13º salário de 2017 de 20 de fevereiro para 27 de janeiro. O índice de reajuste de 8,57% só poderá ser aplicado sobre essa parcela do 13º salário caso o acordo tenha sido assinado, destacou a empresa. Assim que fechar o acordo coletivo, Petrobras, FUP e sindicatos vão começar a discutir os indicadores que vão compor a metodologia para definição e pagamento da PLR, a participação nos lucros da empresa. De janeiro a setembro deste ano, a Petrobras teve prejuízo de R\$ 17,3 bilhões. Até o fim de março, a petrolífera também vai definir um novo modelo para o auxílio-farmácia.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Rio / Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Não adiantou fugir

Os controladores da Hidrelétrica Santo Antônio (Odebrecht, Andrade Gutierrez e FI-FGTS) impediram, na Justiça, que a comissão independente da Eletrobras, presidida pela ex-ministra Ellen Gracie, investigasse a empresa. Mas uma devassa na usina com nome de santo casamenteiro vem aí. Ou porque ela está à venda (e, nesta altura do campeonato, pretendentes não compram nada sem olhar o que há dentro) ou pelas delações da Odebrecht.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Política

Autor: Bárbara Nascimento

Título: Andrade e UTC pagarão R\$ 200 milhões por acordo com Cade

Odebrecht quer acordo com 12 países em que admitiu propina.

As construtoras Andrade Gutierrez e UTC terão de pagar R\$ 196,16 milhões por cartel e conluio em licitações da Petrobras e de Angra 3. A punição foi definida em quatro termos de compromisso de cessação assinados com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e homologados ontem. Os casos são parte das investigações da Operação Lava-Jato.

Do total pago, R\$ 139,15 milhões cabem à UTC. Especificamente em relação à acusação de cartel em licitações da Petrobras, a empresa pagará R\$ 129,23 milhões, o maior pagamento individual já negociada com uma empresa na história do Cade. A Andrade Gutierrez terá de pagar R\$ 56 milhões.

Ambas as construtoras são investigadas por cartel nas licitações da Petrobras no mercado de serviços de engenharia, construção e montagem onshore e por conluio em licitações de obras de montagem da Usina Angra 3, promovidas pela Eletronuclear. No termo, as empresas reconhecem a participação na conduta investigada e se comprometem a cessar a prática, além do compromisso de colaborar “de forma efetiva” com as investigações.

O Cade informou que os executivos das empreiteiras colaboraram com cerca de 50 novos documentos e apontaram 16 novas licitações da Petrobras afetadas pelo cartel. Em relação à Angra 3, foram apresentados documentos que sugerem que as condutas teriam se iniciado em 2008, e não em 2013, o que amplia o escopo da investigação.

O processo administrativo que apurou essas irregularidades foi instaurado em 22 de dezembro de 2015 a partir das informações fornecidas em um acordo de leniência firmado com a Setal Engenharia e Construções e a SOG Óleo e Gás. As informações apontaram indícios de cartel em licitações da Petrobras envolvendo diversas construtoras, entre elas a Camargo Correa e a Setal/SOG.

Em nota, a Andrade Gutierrez afirmou que o acordo divulgado “está em linha com sua postura, desde o fechamento do acordo de leniência com o Ministério Público, de continuar colaborando com as investigações em curso”. A UTC declarou que pretende continuar colaborando com informações e que, “como parte do processo de aprimoramento e a implantação de um novo código de ética e conduta, a empresa pretende, em breve, firmar novos acordos no setor público”.

Ontem, a agência de notícias Reuters informou que a Odebrecht Engenharia e Construção (OEC), braço do grupo Odebrecht, pretende fechar acordos individuais em todos os 12 países nos quais admitiu o pagamento de propina a autoridades para conseguir contratos de obras. — A empresa espera terminar o processo até o meio do ano — disse uma fonte à agência, que confirmou a informação também com outra fonte.

Em dezembro, a Odebrecht e a Braskem assinaram acordo com o Ministério Público Federal, o Departamento de Justiça dos Estados Unidos e a Procuradoria-Geral da Suíça para pagar R\$ 6,9 bilhões. Desde então, a Odebrecht tem feito acordos com governos da América Latina.

Além do Brasil, a empresa se comprometeu a pagar, até agora, cerca de US\$ 32 milhões ao Ministério Público da Colômbia, US\$ 59 milhões ao Panamá e US\$ 8,9 milhões ao Peru.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Rio****Autor: Reuters****Título: Incêndio atinge unidade da Reduc**

Um incêndio atinge uma das três unidades de destilação de petróleo da Refinaria Duque de Caxias (Reduc), da Petrobras, no Rio de Janeiro, desde às 11h30 desta quarta-feira, afirmou à Reuters o coordenador-geral do Sindipetro Duque de Caxias, Simão Zanardi.

Com o incêndio, causado por um vazamento de produto, a refinaria que tem capacidade para processar 239 mil barris por dia opera com capacidade reduzida. Não há registro de vítimas com o ocorrido. Procurada, a Petrobras não respondeu imediatamente.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Julio Wiziack e Eulina Oliveira****Título: Discussão que pode mudar controle da Vale faz subir as ações**

Os controladores da Vale discutem mudanças na mineradora para acelerar a recuperação da empresa, que viu seu valor diminuir na Bolsa nos últimos anos por causa da queda do preço do minério de ferro e de um impasse sobre o comando da companhia.

As conversas se intensificaram nas últimas semanas, porque o acordo de acionistas, um documento que define as regras de governança e o poder dos sócios no comando da empresa, vence em maio e precisa ser refeito.

Segundo o jornal "Valor Econômico", uma das mudanças em discussão entre os sócios prevê a unificação das ações da Vale em uma só classe. Ações preferenciais seriam extintas e só seriam negociadas na Bolsa ações com direito a voto.

Ainda segundo o jornal, para evitar abusos de poder ou a tomada de controle por investidores que adquirissem ações no mercado, haverá restrições para que a quantidade máxima de votos por acionista nas assembleias fique limitada a 15% das ações.

O comando da Vale está hoje com uma empresa chamada Valepar, dona de 53,9% das ações com direito a voto. O principal acionista dessa empresa é a Litel, com 49% das ações da Valepar.

A Litel é uma empresa formada por três grandes fundos de pensão –Previ (Banco do Brasil), Funcef (Caixa Econômica) e Petros (Petrobras)– para participar do leilão de privatização da Vale, realizado em 1997.

Os sócios dos fundos na Valepar são a Bradespar (braço de investimentos do Bradesco), com 21%, o grupo japonês Mitsui, que tem cerca de 18% e a BNDESPar (empresa de participações do BNDES), com 11,5%.

A possibilidade de um novo acordo de acionistas movimentou a Bolsa nesta quarta-feira (18). As ações preferenciais da Vale registraram alta de 3,33%, chegando ao fim do pregão cotadas a R\$ 29,44, e as ações com voto subiram 5,04%, negociadas a R\$ 32,11.

O desempenho surpreendeu num dia em que incertezas no cenário externo esfriaram os ânimos no mercado financeiro, com a proximidade da posse de Donald Trump na presidência dos Estados Unidos. O Ibovespa, o principal índice da Bolsa, caiu 0,32%, aos 64.149,57 pontos.

INTERESSES

Pessoas que participam das negociações do novo acordo afirmam que alguns acionistas querem a unificação das ações, mas também exigem mecanismos que garantam poder mesmo com redução de participação acionária. Essa posição é defendida pelos fundos de pensão e pela BNDESPar.

Os fundos de pensão pretendem vender suas ações aos poucos, como forma de garantir no futuro o pagamento dos planos de benefícios contratados com os funcionários das estatais que os patrocinam.

Por isso, o novo acordo deve ter um prazo de validade de, no máximo, seis anos. O acordo vigente tem vinte anos de duração e remonta ainda à época da privatização da mineradora.

No novo cenário, os bancos devem manter sua participação societária, segundo uma das pessoas que participam das conversas iniciais.

Esse movimento representa, para eles, a recuperação das perdas registradas pela companhia até hoje. A recuperação do preço das ações, só vinha na esteira da alta do preço do minério na China, maior comprador da Vale.

Analistas disseram que a unificação das ações seria positiva para os investidores, porque poderia diluir a participação dos atuais acionistas. "[Uma única classe de ações] melhora a governança corporativa e atrai investidores, pois vários estrangeiros só compram ações ordinárias", disse o analista Celso Plácido, da XP Investimentos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção:** Mercado**Autor:** Reuters**Título:** Petrobras oferece reajuste salarial de 8,57% com redução de jornada

A Petrobras fez uma contraproposta aos sindicatos de petroleiros em reunião nesta quarta-feira (18), aceitando reajustar as tabelas salariais em 8,57%, retroativo a setembro de 2016, caso os empregados concordem com a implementação da redução facultativa da jornada de trabalho a partir de abril.

O índice, segundo a petroleira, é equivalente à reposição da inflação no período. Em um comunicado interno aos funcionários, a estatal afirmou que aguarda agora um posicionamento favorável dos empregados para tomar as providências para o pagamento do reajuste e o fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho 2016.

"Acredito que chegamos a um bom termo entre as necessidades dos trabalhadores e a situação financeira da empresa", disse em nota aos funcionários o gerente-executivo de Recursos Humanos, José Luiz Marcusso.

Em nota, a FUP (Federação Única dos Petroleiros), que representa 13 sindicatos de petroleiros da Petrobras, destacou ter conquistado avanços nas negociações e informou que vai avaliar a nova proposta no Conselho Deliberativo.

Atendendo ao pleito dos sindicatos, a companhia concordou em discutir com as entidades, na Comissão de Regimes de Trabalho, o regramento definitivo da opção de redução da carga horária de 8 para 6 horas diárias, mediante redução de 25% da remuneração, para os empregados do regime administrativo com horário flexível.

As regras para a redução facultativa da jornada de trabalho serão desenhadas a partir de proposta inicial feita pela Petrobras em dezembro e deverão estar concluídas até o fim de março.

"Caso não haja consenso até o prazo final, a redução opcional da jornada será implementada a partir de abril de 2017 com base na última versão definida pela comissão, até que haja um acordo", disse a Petrobras.

A proposta final para o acordo coletivo também mantém pagamento de 100% sobre horas extras, acima da exigência legal, e inclui cláusulas específicas que tratam de reduções de jornadas sem redução salarial para funcionárias em período de amamentação de filhos e empregados com deficiência.

A Petrobras informou ainda aos funcionários que antecipará o pagamento da primeira parcela do 13º salário de 2017, de 20 de fevereiro para 27 de janeiro.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Poder

Autor: Letícia Casado

Título: Andrade Gutierrez e UTC vão pagar R\$ 195 milhões por cartel

O Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) informou que as construtoras Andrade Gutierrez e UTC vão pagar R\$ 195 milhões ao governo federal por formação de cartel em licitações investigadas na Operação Lava Jato.

O cartel admitido pelas empresas foi em licitações da Petrobras e da Eletronuclear.

Cada construtora assinou nesta quarta (18) dois acordos, um para cada estatal. Os acordos foram homologados pelo tribunal do Cade na sessão de julgamento desta quarta.

"Por meio dos acordos foi estabelecido, ao total, o pagamento de R\$ 195.160.775,95 em contribuições pecuniárias", informa o Cade por meio de nota.

No caso da Petrobras, as licitações apontam cartel no mercado de serviços de engenharia, construção e montagem industrial "onshore".

Já no caso da Eletronuclear, o conluio foi em licitações de obras de montagem eletrônica da Usina Angra 3.

As informações serão juntadas aos acordos de leniência e às demais evidências analisadas pelo Cade, que ao fim do processo "emitirá parecer opinativo pela condenação ou pelo arquivamento do caso em relação a cada acusado", informa o órgão em nota.

MAIOR ACORDO

O Cade afirma que o acordo com a UTC é o maior já firmado pelo órgão.

"Destaca-se que o valor fixado no termo de cessação assinado pela UTC no âmbito do processo de cartel em licitações da Petrobras, que corresponde a R\$ 129.232.142,71, representa a maior contribuição pecuniária individual já negociada com uma empresa na história do Cade", diz a nota do Cade.

O valor abrange o que será pago por empresa, funcionários e ex-funcionários da UTC.

No total, a UTC vai desembolsar R\$ 139,1 milhões.

Já a Andrade Gutierrez pagará, no total, R\$ 56 milhões – sendo R\$ 49,85 milhões por causa das licitações na Petrobras. A construtora teve um desconto adicional no valor da contribuição pecuniária porque reportou ao Cade formação de cartel em estádios da Copa de 2014.

PETROBRAS

O processo administrativo que gerou as investigação de cartel nessas licitações da Petrobras foi instaurado em 22 de dezembro de 2015.

A UTC e a Andrade Gutierrez apresentaram informações e documentos que ampliaram o escopo das investigações que estavam sendo tocadas pela força-tarefa da Operação Lava Jato.

A UTC levou ao Cade "aproximadamente trinta novos documentos que evidenciam a conduta anticompetitiva", informa a nota. Com isso, o órgão identificou dez novas licitações afetadas pelo cartel.

Já a Andrade Gutierrez apresentou vinte novos documentos que permitiram ao órgão identificar seis novas licitações como afetadas pelo cartel.

ELETRONUCLEAR

A investigação relativa à Eletronuclear foi instaurada em novembro de 2015. A Andrade Gutierrez - primeira empresa a firmar acordo neste processo - apresentou documentos que sugerem que as condutas ilícitas teriam começado em 2010.

A contribuição pecuniária total da Andrade Gutierrez foi de R\$ 6,15 milhões. A empresa conseguiu desconto porque já havia reportado cartel na usina de Belo Monte, no Pará.

Já a UTC confirmou informações apresentadas nos autos do processo administrativo e apresentou documentos e informações que ampliam o escopo da investigação em cinco anos - remontando o início dos crimes a 2008. A contribuição pecuniária total da empresa é de R\$ 9,9 milhões.

MUDANÇAS

A Camargo Corrêa foi a primeira empresa a celebrar acordo com o Cade na Operação Lava Jato, em 19 de agosto de 2015, no qual foi estabelecida contribuição pecuniária de mais de R\$ 104 milhões. A UTC se tornou a segunda e a Andrade Gutierrez a terceira empresa a celebrarem acordo de cessação de conduta no processo administrativo que apura cartel em licitações da Petrobras.

A celebração de acordos em casos de cartel "exige que os compromissários cessem seu envolvimento no ilícito, reconheçam participação na conduta investigada, colaborem de forma efetiva com as investigações e recolham contribuição pecuniária ao Fundo de Direito Difusos - FDD", informa o Cade.

Os benefícios às empresas e indivíduos se restringem aos processos administrativos que tramitam no órgão e não estão conferem benefícios na esfera criminal.

OUTRO LADO

A Andrade Gutierrez informou em nota que o acordo está em linha com sua postura, desde o fechamento do acordo de leniência com o Ministério Público, de continuar colaborando com as investigações em curso.

"Além disso, a empresa afirma ainda que continuará realizando auditorias internas no intuito de esclarecer fatos do passado que possam ser do interesse da Justiça e dos órgãos competentes. A Andrade Gutierrez afirma ainda que acredita ser esse o melhor caminho para a construção de uma relação cada vez mais transparente entre os setores público e privado".

A UTC informou que, como parte do processo de aprimoramento e implantação de um novo código de ética e conduta, a empresa pretende, em breve, firmar novos acordos no setor público.

A empresa disse ainda que, pelos acordos, se comprometeu a cessar seu envolvimento no ilícito, reconhecer participação na conduta investigada, colaborar de forma efetiva com as investigações, como já vem fazendo, e pagar contribuições pecuniárias no valor R\$ 139,1 milhões.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes e Daniela Amorim

Título: Governo vai leiloar campos da Petrobrás

União vai oferecer ao mercado campos devolvidos pela estatal; ao todo, 21 áreas serão liberadas à concorrência.

O governo vai oferecer ao mercado em leilões que pretende realizar anualmente a partir de 2018 campos de óleo e gás da Petrobrás. Desde que o preço do petróleo despencou e a Operação Lava Jato contribuiu para enfraquecer o caixa da empresa, o número de campos devolvidos pela estatal à União quintuplicou.

Ao todo, 21 áreas, com descobertas de petróleo e gás declaradas, estarão liberadas a outras petroleiras. Parte delas está localizada nas três bacias produtoras mais nobres – Campos, Santos e Espírito Santo. O Ministério de Minas e Energia (MME) vai avaliar cada uma dessas áreas para definir políticas de atração de novos investidores, segundo o secretário de Petróleo, Gás e Biocombustíveis do ministério, Márcio Felix.

Alguns blocos podem valer mais por já terem passado pela fase de exploração, na qual está concentrado o risco de negócio. Mas há também no grupo de ativos campos que deram retorno menor que o previsto. Neste caso, é possível que o governo ofereça facilidades que ainda serão definidas.

Atividade baixa. Ao menos dez campos estão nessa condição – Itaparica, Camaçari, Capicú, Baúna Sul, Salema Branca, Nordeste Namorado, Rio Preto, Piracucá, Catuá e Mangangá.

A Petrobrás informou que as atividades nesses campos “já estavam interrompidas quando informou a ANP sobre a devolução” e que ainda aguarda posição da agência sobre o rompimento dos contratos de concessão. As análises duram mais de um ano.

Mas a agência diz que esse é o prazo para esse tipo de avaliação e que não há impasse em torno dessas devoluções. Antecipando-se à ANP, a Petrobrás registrou a baixa contábil dessas áreas em sua demonstração financeira de 2015. A devolução de campos e de outros projetos de produção de petróleo e gás custou US\$ 285 milhões no ano.

“A Petrobrás realiza a devolução de campos à ANP quando estudos comprovam não haver viabilidade técnico-econômica para o desenvolvimento da produção ou de acordo com sua gestão de portfólio”, informou a empresa ao Broadcast, sistema de informação em tempo real do grupo Estado. Ex-diretor da ANP, o consultor John Forman avalia que existem muitos campos onde a produção da Petrobrás era pequena e os custos elevados.

“Tem muito campo que foi mantido por muito tempo, mas que na realidade não deveria ter sido explorado”, afirmou. Para Edmar Almeida, professor do Grupo de Economia da Energia (GEE) da UFRJ, “outras empresas podem ter perfil mais

apropriado para esse tipo de projeto”. Ele avalia que os custos de uma empresa de menor porte são mais baixos.

Esse seria o caso, por exemplo, do campo de Piracucá, localizado em águas rasas da Bacia de Santos, com reservas estimadas em 200 milhões de barris de óleo equivalente (boe), sobretudo de gás e óleo condensado leve.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Estatal propõe maior reajuste por jornada reduzida

A Petrobrás apresentou ontem em reunião com a Federação Única dos Petroleiros (FUP), que reúne os sindicatos representantes dos empregados, proposta de reajuste salarial superior à que vinha sendo negociada como parte do acordo trabalhista de 2016.

A empresa propôs aumento de 8,57% retroativo a setembro, data base da categoria. Em contrapartida, quer ter a garantia de que a opção para os funcionários reduzirem a jornada de trabalho, com retração proporcional do salário, será incluída no acordo e passará a valer a partir de abril.

Em nota, estatal informou que considerou o percentual de reajuste proposto pela federação “equilibrado” e que terá “ganhos significativos” para a empresa com a redução da jornada.

“Acredito que chegamos a um bom termo entre as necessidades dos trabalhadores e a situação financeira da empresa”, disse o gerente executivo de Recursos Humanos, José Luiz Marcusso. A FUP discutirá o tema no conselho deliberativo. A estatal aguarda posição dos empregados.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Negócios

Autor: Eduardo Rodrigues

Título: Andrade Gutierrez e UTC vão pagar R\$ 195 milhões em acordo

A Andrade Gutierrez e a UTC assinaram, cada uma, dois Termos de Compromisso de Cessação (TCCs) com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) nos quais admitem a participação em cartéis investigados pela Operação Lava Jato em licitações da Petrobrás e da usina Angra 3.

Os acordos preveem o pagamento de um total de R\$ 195,16 milhões pelas construtoras, que também se comprometeram a colaborar com as investigações. Os acordos firmados dizem respeito à participação das empresas em um suposto cartel em licitações da Petrobrás no mercado de serviços de engenharia, construção e montagem industrial e em outro conluio para fraudar as licitações de obras de montagem da Usina de Angra 3, promovidas pela Eletronuclear.

Executivos e ex-funcionários das construtoras também assinaram TCCs com o órgão antitruste. No acordo de leniência, uma empresa admite ter participado de um cartel e se compromete a colaborar com as investigações para ficar livre de multa e de responder a processos na Justiça. Ele só pode ser fechado com a primeira empresa que aceita colaborar.

Às demais, restam acordos do tipo TCC, como os agora firmados pela UTC e Andrade Gutierrez. Entre 2014 e 2016, o Cade celebrou 116 TCCs em processos de investigações de cartel, com mais de R\$ 1 bilhão em contribuições pecuniárias. Do total em penalidades previstas nos acordos, a Andrade Gutierrez pagará R\$ 56,007 milhões, enquanto a UTC terá de desembolsar R\$ 139,153 milhões. O valor para a UTC referente ao cartel de licitações da Petrobrás, de R\$ 129,232 milhões, é o maior já negociado pelo Cade com uma empresa.

Origem. O processo administrativo que investiga o cartel nas licitações da Petrobrás foi iniciado a partir de um acordo de leniência firmado em dezembro de 2015 pela SOG Óleo e Gás e funcionários do grupo Setal/ SOG. Esse acordo foi negociado pelo Cade e pela Força Tarefa da Operação Lava Jato dentro do Ministério Público Federal do Paraná (MPF-PR).

De acordo com o órgão de defesa da concorrência, no TCC de ontem, a UTC apresentou novas informações que ampliaram o escopo das investigações, com 30 novos documentos que evidenciam a conduta anticompetitiva, além de dez novas licitações da Petrobrás identificadas como afetadas pelo cartel. Já a Andrade Gutierrez trouxe cerca de 20 novos documentos referentes a seis licitações.

Em agosto de 2015, o Cade já havia homologado um TCC firmado com a Camargo Corrêa e seus ex-funcionários no âmbito dessa mesma investigação, com uma contribuição pecuniária de mais de R\$ 104 milhões. Já o processo que investiga a participação do cartel nas licitações da Eletronuclear para as obras de Angra 3 é subsidiado por um acordo de leniência firmado pelo Cade com a Camargo em novembro de 2015, também no âmbito da Lava Jato.

A Andrade Gutierrez apresentou, em seu termo de ajustamento, documentos que apontam que as condutas teriam se iniciado em 2010. Já a UTC apresentou informações de que o conluio existia desde 2008.

Empresas. Em nota, a Andrade Gutierrez afirmou que o acordo está em linha com sua postura, desde o fechamento do acordo de leniência com o MP, de colaborar com investigações. A empresa afirma que “continuará realizando auditorias internas no intuito de esclarecer fatos do passado que possam ser do interesse da Justiça”.

Já a UTC informou que passa por um processo de “aprimoramento e de implantação de um novo código de ética” e que seguirá colaborando com o setor público em investigações.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia / Colunas

Autor: Deu no Correio

Título: Governo vai vender campos de óleo e gás a partir de 2018

O governo vai oferecer ao mercado, em leilões que pretende realizar anualmente a partir de 2018, campos de óleo e gás da Petrobras. Desde que o preço do petróleo despencou e a Operação Lava-Jato contribuiu para enfraquecer o caixa da empresa, o número de campos devolvidos pela estatal à União quintuplicou. Ao todo, 21 áreas, com descobertas de petróleo e gás declaradas, estarão liberadas a outras petroleiras. Parte delas está localizada nas três bacias produtoras mais nobres — Campos, Santos e Espírito Santo.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia / Colunas

Autor: Deu no Correio

Título: Petrobras eleva proposta de reajuste a funcionários

A Petrobras apresentou ontem à Federação Única dos Petroleiros (FUP), que reúne a maioria dos sindicatos representantes dos empregados, proposta de reajuste salarial superior à negociada como parte do acordo trabalhista de 2016. A empresa propôs aumento de 8,57% retroativo a setembro, data base da categoria. Em contrapartida, quer ter a garantia de que a opção para os funcionários reduzirem a jornada de trabalho, com retração proporcional do salário, será incluída no acordo e passará a valer a partir de abril. A estatal aguarda posicionamento favorável dos empregados “para tomar as providências ao pagamento do reajuste”.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas / Destaque****Autor:****Título: Incêndio na Reduc**

Um incêndio atingiu, ontem, a Refinaria de Duque de Caxias (Reduc), na Baixada Fluminense. Segundo a Petrobras, o acidente começou por volta das 13h40, devido ao vazamento de combustível na unidade de destilação atmosférica, sem deixar feridos ou danos ao meio ambiente. A estatal informou que o incêndio foi "prontamente controlado" e que a unidade foi parada para "avaliação das causas do incidente e eventual necessidade de manutenção, antes da retomada da operação". Inaugurada em 1961, a Reduc é a terceira maior refinaria do país.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Ivo Ribeiro****Título: Odebrecht enxuga portfólio de negócios e define novos líderes**

A poucos dias do fim de 2016, o grupo Odebrecht definiu uma nova estrutura de gestão, mais enxuta e com nova governança, para suas operações, envolvendo o Brasil e exterior. Com a reorganização, no todo, passaram a existir no conglomerado empresarial liderado pela família Odebrecht dez negócios. Em dezembro de 2015, quando Marcelo Odebrecht deixou de vez o comando da holding do grupo, no portfólio haviam 15 negócios.

As mudanças vão desde a unificação de negócios, como em Engenharia e Construção, até a extinção de empresas, criação de uma nova companhia encarregada de gerir o que sobrou das áreas de defesa e construção naval e a nomeação de novos executivos.

No futuro, a depender do programa de venda de ativos em curso - para arrecadar R\$ 12 bilhões até meados deste ano -, das negociações de dívidas de empresas como a Óleo e Gás (cerca de US\$ 5 bilhões) e da viabilidade de outros, como o da área imobiliária, não se descarta novo enxugamento do portfólio. A empresa confirmou as mudanças na gestão, mas preferiu não conceder entrevista.

Novos executivos para os negócios foram recrutados nos escalões intermediários da organização, passando a ocupar cargos de muitos que foram envolvidos nos acordos de delação com o Ministério Público Federal. Ao todo, foram 77 pessoas, incluindo Emílio Odebrecht e seu filho Marcelo.

Tão logo foi assinado o acordo de leniência com procuradores do MPF, com Estados Unidos (Departamento de Justiça) e autoridades da Suíça, em decorrência das investigações da Lava-Jato, a Odebrecht efetivou a nova estrutura de comando - que traz seis novos nomes de líderes, comparado com dezembro de 2015. O que se busca, agora, é uma nova rotina de gestão dos negócios.

O acordo de leniência ainda passa pelo rito de homologação do Supremo Tribunal Federal. Está a cargo do ministro Teori Zavascki e a expectativa é que seu conteúdo seja aprovado, integral ou parcial, no próximo mês. Ele é considerado na Odebrecht o novo "marco zero" da companhia, depois do tsunami da Lava-Jato.

As investigações identificaram pagamentos de propinas em obras da Petrobrás no país e a construtora mais a Braskem vão pagar R\$ 6,9 bilhões de indenizações num período de 23 anos.

O grupo ainda tem pela frente as negociações de acordos com autoridades de mais de uma dezena de países, como Peru, Colômbia, Panamá e Equador, onde foram identificados pagamentos irregulares em contratos de diversas obras de infraestrutura.

Conforme apurou o Valor, a maioria das mudanças foram reveladas durante encontro de fim de ano do alto escalão da holding com de cerca de 200 executivos, na sede de Salvador, Bahia.

Na nova grade de negócios, as cinco áreas de Engenharia e Construção (Brasil e exterior) foram concentradas em duas: Infraestrutura e Industrial, ambas com atuação internacional e cada uma com seu respectivo líder.

As demais, já conhecidas, são a petroquímica Braskem, OR (negócio imobiliário), Odebrecht Transport (concessões de infraestrutura no Brasil), Latinvest (réplica da OTP no exterior), Agroindustrial (de etanol e açúcar) e Óleo e Gás (exploração de petróleo). Recentemente foi criada a Empresa de Construção Naval (ECN) para abrigar o Estaleiro Enseada e o projeto de um submarino.

A décima unidade de negócio é a Foz, que herdou ativos de saneamento ambiental no exterior da Odebrecht Ambiental, que foi vendida em novembro para a canadense Brookfield. Os ativos estão no México, Peru e Angola.

A Odebrecht Defesa e Tecnologia (ODT), que não prosperou, e a Odebrecht Properties (gestão de ativos imobiliários) foram extintas. Ativos, como a Mectron, estão à venda. As duas empresas foram criadas no plano de expansão do grupo, acelerado a partir de 2007.

No pacote de mudanças, Luciano Guidolin foi recrutado na Braskem, onde era vice-presidente do principal negócio da petroquímica Braskem, o de resinas plásticas. Com carreira na Odebrecht desde 1994, o engenheiro formado pela USP passou a ocupar o cargo de vice-presidente de Investimentos e Análise de Risco da holding.

Segundo apurou o Valor, o cargo é estratégica. Ele terá a função de dar suporte à holding, avaliando o dia a dia de cada um dos negócios. Tanto que o executivo, após assumir o posto no início de janeiro, já foi nomeado presidente dos conselhos de administração de seis empresas. Não ficaram com ele Braskem, Odebrecht Engenharia e Construção e Óleo e Gás.

Guidolin, segundo uma fonte, é visto como um potencial líder em ascensão na nova fase do grupo, que teve vários outros na mesma condição ceifados nas investigações da Lava-Jato. O executivo é cotado como candidato interno a ser presidente da holding no futuro, quando Emílio Odebrecht definir qual o desfecho da reestruturação da gestão da companhia. O empresário - que preside o conselho de administração - negociou com o MPF um ano para poder realizar a reorganização.

Em meados do ano passado, na holding, já havia sido criada a vice-presidência de Comunicação e Sustentabilidade, assumida por Marcelo Lyra, também trazido da Braskem. Logo a seguir, Olga Pontes também foi recrutada para ser a diretora-chefe de compliance.

Nilton Sérgio de Souza, homem de confiança de Emílio, está no comando do grupo desde a prisão de Marcelo, em junho de 2015. Foi efetivado no cargo quando se concluiu que Marcelo não tinha mais condições de retornar ao comando no fim daquele ano.

Com as mudanças, a Odebrecht tem como meta adotar nova governança entre o presidente da holding e os executivos das empresas. A relação passa a ser com os conselhos de administração e não mais diretamente, como era com Marcelo Odebrecht.

O foco da companhia, neste momento, é aprimorar a governança, adotar procedimentos de conformidade (compliance) em cada negócio, reestruturação organizacional e a venda de ativos. Em cada empresa foi criado um comitê de compliance, vinculado ao conselho de administração. Já foram contratados diretores e pessoas de apoio que somam 40 profissionais para cuidar disso.

No intuito de mostrar mais transparência, foi definido que os conselhos das empresas terão 20% ou no mínimo dois conselheiros independentes. Esse

processo ainda está em curso e só deve ser concluído após a homologação do acordo de leniência.

O sonho de Marcelo Odebrecht de tornar o conglomerado um gigante brasileiro, com R\$ 200 bilhões de faturamento na virada de 2020, desmoronou com a Lava-jato. Em 2015, atingiu R\$ 132 bilhões e o grupo carregava uma dívida bruta de R\$ 110 bilhões. Com a venda de ativos e a perda de contratos na construção e engenharia, a tendência é de recuo ano a ano.

Segundo informações, a Odebrecht já encerrou 2016 com faturamento abaixo de R\$ 100 bilhões, afetada principalmente pela perda de receita na área de construção - segundo maior negócio, atrás da petroquímica. A Braskem tem faturamento estimado na casa de R\$ 55 bilhões.

A dívida total, por sua vez, também caiu, para a casa de R\$ 95 bilhões, porém cerca de 75% já estaria refinanciada com os credores.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Lucas Marchesini

Título: Andrade Gutierrez e UTC assumem fraudes e fecham acordo com Cade

Andrade Gutierrez e UTC pagarão R\$ 195 milhões ao governo após assinarem quatro acordos, dois para cada empresa, com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Cada empresa negociou dois Termos de Compromisso de Cessação (TCC) com o órgão antitruste em investigações derivadas da operação Lava-Jato.

No primeiro caso, que apura um suposto cartel em 17 licitações realizadas pela Petrobras, a UTC se comprometeu a desembolsar R\$ 139,1 milhões, sendo R\$ 125,4 milhões referentes a empresa e o restante a funcionários e ex-funcionários do grupo. A Andrade Gutierrez deverá pagar R\$ 47,8 milhões. O valor acordado com a UTC é o maior já fixado em TCCs na história do Cade.

De acordo com a autoridade antitruste, "há indícios robustos de que as empresas e pessoas físicas investigadas teriam celebrado acordos com a finalidade de fixar preços, dividir mercado e ajustar condições, vantagens ou abstenção em licitações de montagem industrial da Petrobras".

Dessa maneira, o valor arrecadado de empresas pelo Cade nesse processo administrativo chega a R\$ 277 milhões, já que a Camargo Corrêa também fechou um TCC no valor de R\$ 104 milhões. O caso chegou ao Cade após um acordo de leniência com a Setal Engenharia e SOG Óleo e Gás. Em todos os

acordos, as empresas reconhecem a participação no ilícito e se comprometem a colaborar com as investigações.

Além das empresas já citadas, fariam parte do suposto cartel a Lusa Engenharia (atualmente Alumini Engenharia), Carioca Christiani Nielsen Engenharia, Norberto O debrecht, OAS, Queiroz Galvão, Engevix, Galvão Engenharia, GDK, Iesa Óleo e Gás, Jaraguá Equipamentos Industriais, Mendes Júnior, MPE Montagens e Projetos Especiais, Promon, Schahin, Skanska Brasil, Techint e Tomé Engenharia.

Os outros dois acordos são relativos a um suposto cartel em licitações envolvendo a usina nuclear de Angra 3. Nesse caso, a UTC deverá desembolsar R\$ 9,6 milhões e a Andrade Gutierrez, outros R\$ 5,9 milhões. A apuração do caso no Cade começou a partir de um acordo de leniência com a Camargo Corrêa, divulgado em julho de 2015.

"As empresas do suposto cartel teriam decidido que, ao invés de competirem livremente entre si, venceriam ambos os pacotes [da licitação] a preço previamente fixado entre as partes", explicou, em nota, a autoridade antitruste na ocasião. Além das três empresas citadas, também participariam do suposto cartel a Odebrecht, a Queiroz Galvão S/A, a Empresa Brasileira de Engenharia e a Techint Engenharia e Construções.

"Temos duas confissões da prática ilícita, e não mais prova unilateral do acordo de leniência. É a confluência dos dois que dá a solidez do processo para ao fim e ao cabo condenar, se assim for, as outras empresas do polo passivo", disse o presidente interino da autarquia, Gilvandro Vasconcelos, durante a sessão que aprovou os acordos.

Em nota, a UTC apontou que "como parte do processo de aprimoramento e a implantação de um novo código de ética e conduta, a empresa pretende, em breve, firmar novos acordos no setor público". Já a Andrade destacou que o acordo "está em linha com sua postura de continuar colaborando com as investigações em curso". Além disso, a empresa afirma ainda que continuará realizando auditorias internas no intuito de esclarecer fatos do passado que possam ser do interesse "da Justiça e dos órgãos competentes".

A participação da autoridade antitruste nas investigações da operação Lava-Jato contribuíram para que o Cade fechasse um número recorde de leniências em 2016. Foram onze ao longo do ano passado. "Isso se deve a ação cooperativa que fez com que o Cade recebesse mais informações, e empresas preocupadas já se antecipassem para tentar fazer composições", explicou Vasconcelos.

Somente em decorrência da Lava-Jato, foram quatro acordos de leniência. A Carioca Christiani Nielson assinou um acordo relativo a obras na Petrobras. Já a Andrade assinou os outros três, relativos a obras em favelas do Rio de Janeiro, na usina de Belo Monte e em estados que receberam os jogos da Copa do Mundo de 2014.

Além disso, houve a assinatura de seis acordos de leniência plus, no qual a empresa que assina o acordo aponta irregularidades em um processo que não era alvo de investigação por parte da autoridade antitruste. "Para cada leniência assinada, houve mais de um rejeitado", prosseguiu ele.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho

Título: Petrobras eleva contraproposta a sindicatos

Desde setembro sem conseguir chegar a um acordo com os sindicatos sobre o reajuste salarial da categoria, a Petrobras elevou sua contraproposta. Ontem, a estatal propôs um reajuste de 8,57%, retroativo a setembro do ano passado, caso os petroleiros concordem com a implementação da redução facultativa da jornada de trabalho.

A última oferta apresentada pela companhia, há dois meses, previa reajuste de 6%, retroativo a setembro, e mais 2,8% a partir de fevereiro - proposta classificada como "rebaixada" pelos petroleiros.

A petroleira anunciou também que antecipará o pagamento da primeira parcela do 13º salário de 2017, de 20 de fevereiro para 27 de janeiro. Em um comunicado interno aos funcionários, o gerente executivo de Recursos Humanos da empresa, José Luiz Marcusso, informou que acreditava ter chegado a "um bom termo entre as necessidades dos trabalhadores e a situação financeira da empresa".

A Petrobras afirmou, ainda, que aguarda um posicionamento favorável dos empregados para tomar as providências para o pagamento do reajuste e conclusão do acordo coletivo de 2016.

A Federação Única dos Petroleiros (FUP) nega que a decisão da Petrobras de elevar a proposta salarial esteja condicionada à aceitação, pelos sindicatos, da redução da jornada. A estatal propõe a implementação da redução opcional da jornada de trabalho, de oito para seis horas diárias, mediante redução de 25% da remuneração para os empregados do regime administrativo com horário flexível.

O coordenador-geral da FUP, José Maria Rangel, disse que a categoria está aberta à negociação, mas que a redução da jornada só será implementada se houver acordo com os trabalhadores.

A Petrobras acatou o pleito dos sindicatos de debater as regras da redução da jornada numa comissão de regimes de trabalho e que foi definido um prazo até 31 de março para que as partes cheguem a um acordo sobre o assunto.

A estatal informou que o ponto de partida das discussões, na comissão, será o regramento já apresentado pela própria empresa em dezembro. Caso não haja consenso até o prazo final, a redução opcional da jornada será implementada a partir de abril deste ano "com base na última versão [das regras] definida pela comissão, até que haja um acordo".

A proposta final para o acordo coletivo também mantém pagamento de 100% sobre as horas extras. O reajuste de 8,57% vale também para a tabela da remuneração mínima de nível e regime (RMNR) - valor mínimo pago pela empresa para empregados de um mesmo nível e região, para corrigir distorções salariais entre funcionários.

MME / ASCOM